

## LIBERDADE

Deve existir nos homens um sentimento profundo que corresponde a essa palavra LIBERDADE, pois sobre ela se têm escrito poemas e hinos, a ela se têm levantado estátuas e monumentos, por ela se tem até morrido com alegria e felicidade.

Diz-se que o homem nasceu livre, que a liberdade de cada um acaba onde começa a liberdade de outrem; que onde não há liberdade não há pátria; que a morte é preferível à falta de liberdade; que renunciar à liberdade é renunciar à própria condição humana; que a liberdade é o maior bem do mundo; que a liberdade é o oposto à fatalidade e à escravidão; nossos bisavós gritavam "Liberdade, Igualdade e Fraternidade! "; nossos avós cantaram: "Ou ficar a Pátria livre/ ou morrer pelo Brasil!"; nossos pais pediam: "Liberdade! Liberdade/ abre as asas sobre nós", e nós recordamos todos os dias que "o sol da liberdade em raios fúlgidos/ brilhou no céu da Pátria..." em certo instante.

Somos, pois, criaturas nutridas de liberdade há muito tempo, com disposições de cantá-la, amá-la, combater e certamente morrer por ela.

Ser livre como diria o famoso conselheiro, é não ser escravo; é agir segundo a nossa cabeça e o nosso coração, mesmo tendo de partir esse coração e essa cabeça para encontrar um caminho... Enfim, ser livre é ser responsável, é repudiar a condição de autômato e de teleguiado, é proclamar o triunfo luminoso do espírito. (Suponho que seja isso.)

Ser livre é ir mais além: é buscar outro espaço, outras dimensões, é ampliar a órbita da vida. É não estar acorrentado. É não viver obrigatoriamente entre quatro paredes.

Por isso, os meninos atiram pedras e soltam papagaios. A pedra inocentemente vai até onde o sonho das crianças deseja ir. (Às vezes, é certo, quebra alguma coisa, no seu percurso...)

Os papagaios vão pelos ares até onde os meninos de outrora (muito de outrora!...) não acreditavam que se pudesse chegar tão simplesmente, com um fio de linha e um pouco de vento!

Acontece, porém, que um menino, para empinar um papagaio, esqueceu-se da fatalidade dos fios elétricos e perdeu a vida.

E os loucos que sonharam sair de seus pavilhões, usando a fórmula do incêndio para chegarem à liberdade, morreram queimados, com o mapa da liberdade nas mãos!

São essas coisas tristes que contornam sombriamente aquele sentimento luminoso da LIBERDADE. Para alcançá-la estamos todos os dias expostos à morte. E os tímidos preferem ficar onde estão, preferem mesmo prender melhor suas correntes e não pensar em assunto tão ingrato.

Mas os sonhadores vão para a frente, soltando seus papagaios, morrendo nos seus incêndios, como as crianças e os loucos. E

cantando aqueles hinos, que falam de asas, de raios fúlgidos linguagem de seus antepassados, estranha linguagem humana, nestes andaimes dos construtores de Babel...

(MEIRELES, Cecília. Escolha o seu sonho: Crônicas)

Responda as questões de 01 a 05, conforme o texto.

01. O texto afirma que:

- A) A escravidão depende das escolhas das pessoas.
- B) A liberdade de um acaba onde começa a liberdade do outro.
- C) As criaturas combatem a liberdade com entusiasmo juvenil.
- D) Os sentimentos sombrios deslumbram a liberdade.
- E) Não podemos manifestar a nossa liberdade, em nenhum aspecto.

02. O resultado de ser livre é:

- A) Ampliar a órbita da vida.
- B) Cantar a liberdade como nossos avós.
- C) Viver sem sonhar.
- D) Viver sem qualquer obrigação.
- E) Fazer o que se bem tem vontade.

03. A liberdade é tão fundamental ao homem que:

- A) Certamente se prefere a morte à liberdade.
- B) Com liberdade tudo se consegue na vida.
- C) Onde não há liberdade não há pátria.
- D) Sem liberdade não se constrói coisa alguma.
- E) Toda liberdade tem de ser irrestrita.

04. No segundo parágrafo do texto, entende-se que a Liberdade é:

- A) A inspiração para cantos antigos e modernos.
- B) O bem mais precioso do homem.
- C) Um bem esquecido por nossos parentes.
- D) Uma luta que, às vezes, vale a pena travar.
- E) Apenas um sonho irrealizável para todos.

05. A questão central tratada no texto é:

- A) A emoção dos antepassados.
- B) A felicidade das pessoas
- C) A liberdade humana.
- D) O combate à escravidão.
- E) O desejo da libertinagem que tudo permite.

06. Em relação à divisão silábica, marque a sequência correta.

- A) Me-ios; a-bsur-da-men-te; es-pé-cie; as-pectos;co-rrup-tos; i-de-ia; as-sim;
- B) Ab-sur-da-men-te; ne-ce-ssá-ri-o; as-pec-tos; cará-ter; i-de-ia;as-sim;
- C) I-dei-a; cor-rup-tos; di-fí-ceis; ab-sur-da-men-te; ne-ces-sá-rio; es-pé-cie;
- D) Insa-tis-fa-ção; a-bsur-da-men-te; as-pe-ctos; mei-os; si-tua-ção; as-sim;
- E) Es-pé-ci-e; in-as-tis-fa-ção; a-pro-pria; ma-i-ores; ab-sur-da-men-te.

<p>07. Com o uso do verbo preferir, é correta a <b>regência verbal</b> em:</p> <p>A) Meu irmão prefere peixe à carne cozida.  B) É preferível ler do que assistir a jogos na televisão.  C) Marília prefere mais carne assada do que a peixe.  D) Marília prefere mais carne assada à peixe.  E) Prefiro que chova, todos os dias do que enfrentar tanto calor.</p> <p>08. Quanto à <b>análise morfosintática</b> dos termos, assinale a alternativa correta.</p> <p>A) Poemas e hinos – 1º parágrafo: substantivo/ sujeito.  B) Livre – 2º parágrafo: adjetivo/adjunto adnominal;  C) Paredes – 4º parágrafo: locução adverbial/ adjunto adverbial de modo.  D) Conselheiro – 3º parágrafo: adjetivo/objeto direto.  E) Tão – 8º parágrafo: adjetivo/adjunto adverbial.</p> <p>09. Quanto à classificação das orações, é correto afirmar:</p> <p>...que o homem nasceu livre – 2º parágrafo;  ...somos, pois, criaturas nutridas de liberdade há muito tempo – 3º parágrafo são:</p> <p>A) Orações subordinadas adverbiais de tempo e de causa.  B) Orações coordenadas sindéticas aditiva e explicativa.  C) Oração subordinada substantiva objetiva direta e oração coordenada sindética explicativa.  D) Oração subordinada substantiva subjetiva e oração coordenada sindética conclusiva.  E) Orações subordinadas substantivas predicativa e objetiva direta.</p> <p>10. No último parágrafo do texto, é correto afirmar que:</p> <p>A) As palavras sonhadores e loucos são dois adjetivos uniformes.  B) As formas verbais soltando, morrendo e cantando são formas verbais no particípio.  C) A oração... que falam de asas, inicia-se por uma conjunção integrante.  D) As palavras sonhadores e loucos são dois adjetivos substantivados.  E) As palavras: mas, os, seus, dos – são monossílabos átonos.</p> <p>11. As formas verbais “abre – 2º parágrafo e chegarem”, no 7º parágrafo são:</p> <p>A) Verbos regulares, o 1º está na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo e 2º está no futuro do presente;  B) O 1º é regular, na 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo e o 2º está no futuro do subjuntivo;  C) Verbos irregulares, o 1º está na 2ª pessoa do presente do indicativo e o 2º, no presente do subjuntivo;</p>	<p>D) O 1º é irregular e o 2º é regular, ambos da mesma conjugação, no presente do indicativo;  E) Os dois são regulares de conjugações diferentes, no futuro do subjuntivo.</p> <p>12. Encontramos no texto:</p> <p>I. Um objeto direto “Sentimento” – 1º parágrafo;  II. Um verbo intransitivo “Nasceu” – no 2º parágrafo;  III. Uma oração subordinada substantiva objetiva direta “que se pudesse chegar tão facilmente” – no 5º parágrafo.</p> <p>Quanto à classificação, é correto afirmar:</p> <p>A) Somente a I está correta.  B) A I e a II estão corretas.  C) A I, a II e a III estão corretas.  D) Nenhuma está correta.  E) Todas estão corretas.</p> <p>13. Está correta a regra de acentuação em:</p> <p>A) Tão e Só.  B) Porém e amá-la.  C) Pátria e espírito.  D) Própria e fúlgidos.  E) Não se acentuam mais as palavras proparoxítonas.</p> <p>14. A primeira oração do texto classifica-se como:</p> <p>A) Oração Subordinada Principal.  B) Oração Coordenada Sindética.  C) Oração Principal.  D) Oração Coordenada Assindética.  E) Oração Subordinada Adverbial Final.</p> <p>15. Assinale a alternativa, cuja correlação entre os tempos verbais esteja correta.</p> <p>A) Se a gente for, certamente, avisamos à turma.  B) Se Carlinhos escrevesse mais rápido, não se atrasava tanto.  C) Entra, Flávia, mas não fecha a porta.  D) Quando você vim, por favor, avisa-nos.  E) Tudo dará certo, se todos se impuserem quanto ao horário.</p> <p>16. Assinale a alternativa em que todos os Municípios são limítrofes com o Município de Quixadá:</p> <p>A) Banabuiú, Ibaretama, Capistrano e Canindé.  B) Ibaretama, Quixeramobim, Choró e Banabuiú.  C) Quixeramobim, Jaguaratama, Russas e Ibaretama.  D) Canindé, Milhã, Ibaretama e Quixeramobim.  E) Choró, Banabuiú, Caridade e Ibaretama.</p> <p>17. Assinale a alternativa correta:</p> <p>A) É logradouro público oficial do Município de Quixadá o Museu Jacinto de Sousa.  B) O (a) Padroeiro (a) do Município de Quixadá é Nossa Senhora Aparecida.  C) Riacho dos Macacos é Distrito pertencente ao Município de Quixadá.</p>
--	--

<p>D) Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe faz parte da arquitetura antiga do Município de Quixadá.</p> <p>E) Gruta do Estevão é um atrativo natural do Município de Quixadá.</p> <p>18. Com relação ao Município de Quixadá, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, marque a alternativa correta:</p> <p>A) A Pedra do Bode é um atrativo natural do Município de Quixadá.</p> <p>B) Flávio de Queiroz é Distrito pertencente ao Município de Quixadá.</p> <p>C) É logradouro público oficial do Município de Quixadá o Teatro Henrique Façanha.</p> <p>D) A Capela de Nossa Senhora da Anunciação faz parte da arquitetura antiga do Município de Quixadá.</p> <p>E) O (a) Padroeiro (a) do Município de Quixadá é a Sagrada Família.</p> <p>19. Sobre o Município de Quixadá, é correto afirmar:</p> <p>A) A Pedra do Frade é um atrativo natural do Município de Quixadá.</p> <p>B) Várzea do Boi é Distrito pertencente ao Município de Quixadá.</p> <p>C) É logradouro público oficial do Município de Quixadá o Teatro Marcelo Duarte.</p> <p>D) O Mosteiro da Santa Cruz faz parte da arquitetura antiga do Município de Quixadá.</p> <p>E) O (a) Padroeiro (a) do Município de Quixadá é Santa Rita.</p> <p>20. Em relação ao Município de Quixadá, marque a alternativa correta:</p> <p>A) Serra dos Macacos e Morro do Urubu são acidentes geográficos do Município de Quixadá.</p> <p>B) Jardim Iracema, Itaoca e Serrinha são bairros do Município de Quixadá.</p> <p>C) Pertence a Mesorregião do Sertão do Cariri.</p> <p>D) O Município de maior extensão territorial, limítrofe com o Município de Quixadá é o Município de Ibaretama.</p> <p>E) O Município de Quixadá foi desmembrado do Município de Banabuiú.</p> <p>21. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é <b>INCORRETO</b> afirmar:</p> <p>A) Pelo ato de 13 de julho de 1899, é criado o Distrito de Serra de Santo Estevão e anexado ao Município de Quixadá.</p> <p>B) Pelo ato de 23 de setembro de 1903, é criado o Distrito de Serra Azul e anexado ao Município de Quixadá.</p> <p>C) Em divisão administrativa, referente ao ano de 1911, o Município aparece constituído de 4 Distritos: Quixadá, Serra Azul, Serra de Santo Estevão e São Francisco da Califórnia.</p> <p>D) Pelo ato de 07 de outubro de 1914, é criado o Distrito de Tapuiará e anexado ao Município de Quixadá.</p>	<p>E) Nos quadros do Recenseamento Geral de 01 de outubro de 1950, o Município aparece constituído de 6 Distritos: Quixadá, Serra de Santo Estevão, Várzea Grande, Serra Azul, Tapuiará e Califórnia, ex-São Francisco da Califórnia.</p> <p>22. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é <b>INCORRETO</b> afirmar:</p> <p>A) Pelo Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, o Distrito de Serra Azul passou a denominar-se São Luís, Barra do Sitiá a denominar-se Barra, Serra de Estevão a denominar-se Estevão, Boa Água a denominar-se Água Boa e Floriano Peixoto a denominar-se Floriano.</p> <p>B) Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, o Distrito de Junco passou a denominar-se Muxiopó, Laranjeiras a denominar-se Banabuiú, São Luís a denominar-se Ibaretama, Floriano a denominar-se Juatama e Água Boa a denominar-se Rinaré.</p> <p>C) No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o Município é constituído de 12 Distritos: Quixadá, Barra, ex-Barra do Sitiá, Água Boa, ex-Boa Água, Caiçarina, Choró, Estevão, ex-Serra do Estevão, Custódio, Floriano, ex-Floriano Peixoto, Laranjeiras, Junco, São Luis, ex-Serra Azul e Tapuiará.</p> <p>D) Em divisão territorial, datada de 01 de julho de 1950, o Município aparece constituído de 12 Distritos: Quixadá, Banabuiú (ex-Laranjeiras), Caiçarina, Choró, Custódio, Estevão, Ibaretama (ex-Floriano), Muxiopó (ex-Junco), Rinaré (ex-Boa Água), Sitiá (ex-Barra do Sitiá) e Tapuiará.</p> <p>E) Pela Lei Estadual nº 914, de 19 de abril de 1938, o Distrito de Cacimba Nova, passou a denominar-se Dom Maurício.</p> <p>23. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é <b>INCORRETO</b> afirmar:</p> <p>A) Pela Lei Estadual nº 6.653, de 14 de outubro de 1963, desmembra do Município de Quixadá o Distrito de Ibaretama, elevado à categoria de Município.</p> <p>B) Em divisão territorial, datada de 31 de dezembro de 1963, o Município é constituído de 4 Distritos: Quixadá, Custódio, Juatama e Tapuiará.</p> <p>C) Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, o Município de Quixadá adquiriu os extintos Municípios e Distritos de Banabuiú, Caiçarina, Choró, Daniel Queiroz, Dom Maurício, Ibaretama, Rinaré, Sitiá (como simples Distrito).</p> <p>D) Pela Lei Estadual nº 5.432, de 18 de outubro de 1946, é criado o Distrito de Barra Nova e anexado ao Município de Quixadá.</p> <p>E) Em divisão territorial, datada de 31 de dezembro de 1968, o Município é constituído de 13 Distritos: Quixadá, Banabuiú, Caiçarina, Choró, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz,</p>
--	--

Dom Maurício, Ibaretama, Juatama, Rinaré, Sitiá e Tapuiará.

24. Segundo dados do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Município de Quixadá, é **INCORRETO** afirmar:

- A) Pela Lei Municipal nº 1.528, de 09 de setembro de 1993, são criados os Distritos de Califórnia e Juá e anexados ao Município de Quixadá.
- B) Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1995, o Município é constituído de 11 distritos: Quixadá, Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiróz, Dom Maurício, Juá, Juatama, São Bernardo, São João dos Queirozes e Tapuiará.
- C) Pela Lei Municipal nº 1.886, de 06 de abril de 2000, é criado o Distrito de Várzea da Onça e anexado ao Município de Quixadá.
- D) Pela Lei Municipal nº 5.843, de 26 de outubro de 1998, é criado o Distrito de Lagoa Seca e anexado ao Município de Quixadá.
- E) Pela Lei Municipal nº 1.863, de 02 de dezembro de 1999, foram criados 21 bairros na cidade de Quixadá: Alto da Boa Vista, Alto São Francisco, Baviera, Bôto, Campo Novo, Campo Velho, Carrascal, Centro, COHAB, Combate, Curicaca, Herval, Irajá, Jardim dos Monólitos, Monte Alegre, Nova Jerusalém, Planalto Renascer, Planalto Universitário, Putiú, São João e Triângulo.

25. De acordo com dados do IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, de 2010, qual a posição no ranking do Estado do Ceará que ocupa o Município de Quixadá no que se refere ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano?

- A) 13ª posição.
- B) 15ª posição.
- C) 14ª posição.
- D) 16ª posição.
- E) 17ª posição.

26. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, **SALVO**:

- A) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) garantir o desenvolvimento nacional.
- C) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- E) promover a defesa da paz.

27. É **INCORRETO** afirmar:

- A) que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma de lei complementar.
- B) que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do

cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

- C) que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) que durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- E) que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

28. Considerando as normas constitucionais sobre a instauração de processo nos crimes de responsabilidade, é correto afirmar:

- A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Vice-Presidente da República.
- B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados: autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.
- E) Compete privativamente ao Senado Federal: processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Ministros do Superior Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.

29. Considerando as normas constitucionais sobre processo legislativo, é correto afirmar:

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- B) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por

<p>cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.</p> <p>D) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, sobre matéria penal.</p> <p>E) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.</p> <p>30. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal:</p> <p>A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.</p> <p>B) O salário mínimo, fixado em lei, refere-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.</p> <p>C) Cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.</p> <p>D) É constitucional a lei que prevê a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.</p> <p>E) É constitucional a lei municipal que prevê modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.</p> <p>31. De acordo com a Constituição Federal:</p> <p>A) Brasileiro, nato ou naturalizado, poderá ser oficial das Forças Armadas.</p> <p>B) Brasileiro, nato ou naturalizado, poderá ser Presidente e Vice-Presidente da República.</p> <p>C) Brasileiro, nato ou naturalizado, poderá ser Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal.</p> <p>D) Brasileiro, nato ou naturalizado, poderá ser Senador da República.</p> <p>E) Brasileiro, nato ou naturalizado, poderá ser membro da carreira diplomática.</p> <p>32. Aos juízes é vedado, salvo:</p> <p>A) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.</p> <p>B) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.</p> <p>C) dedicar-se à atividade político-partidária.</p> <p>D) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.</p> <p>E) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.</p> <p>33. Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, marque a opção correta:</p> <p>A) O ISS incide sobre o valor dos serviços de assistência médica, incluindo-se neles as refeições, os medicamentos e as diárias hospitalares.</p>	<p>B) Não se sujeita à incidência do ISS o fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões.</p> <p>C) Não é defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.</p> <p>D) A prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, que envolva fornecimento de mercadorias, não está sujeita, apenas, ao ISS.</p> <p>E) O ISS não incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.</p> <p>34. Segundo os princípios constitucionais tributários, marque a opção correta:</p> <p>A) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.</p> <p>B) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.</p> <p>C) Decisão que declara devida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.</p> <p>D) A Constituição Estadual pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.</p> <p>E) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.</p> <p>35. Julgue os itens abaixo e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I- O princípio da legalidade tributária comporta atenuação ou mitigações.</p> <p>II- Não constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo. No caso do IPTU, por exemplo, a base de cálculo pode ser atualizada mediante Decreto do Prefeito, ainda, que o índice da atualização seja um pouco superior ao da inflação oficial do governo.</p> <p>III- A atualização monetária do tributo, quando obedecer aos índices oficiais de correção de dado período, devida e publicamente revelados, caracteriza-se inequívoca atualização e não aumento disfarçado de tributo.</p> <p>IV- Divulgado o índice oficial da inflação no ano de 2015, em 15% (quinze por cento). O Prefeito do Município da Cidade X corrigiu, em 31/12/2015, mediante Decreto, a base de cálculo do IPTU em 10% (dez por cento). A nova base de cálculo passou a vigorar em 1º/1/2016. Esta medida é inconstitucional, pois fere o princípio da legalidade estrita e o da anterioridade tributária.</p> <p>V- Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.</p> <p>A) Os itens I, III e V estão corretos.</p> <p>B) Apenas os itens II e III estão corretos.</p> <p>C) Os itens I, II, III e V estão errados.</p>
---	---

- D) Os itens I, II, III, IV e V estão corretos.  
E) O item V está errado.

36. Julgue as questões abaixo.

Os juízes e os tribunais deverão obedecer à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores. Porém, estão excluídos desta regra:

- I- as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;
- II- o julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos;
- III- o julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- IV- as decisões proferidas com base nos artigos 485 e 932 do novo CPC;
- V- o julgamento de embargos de declaração;
- VI- o julgamento de agravo interno;
- VII- as preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça;
- VIII- os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal;

Marque a alternativa correta.

- A) Os itens I, II e IV são falsos.
- B) Todas alternativas são falsas.
- C) Os itens III, V e VIII são falsos e os demais verdadeiros.
- D) Todas as alternativas são corretas.
- E) Os itens III, V e IV estão corretos e os demais incorretos.

37. Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- B) Pelo princípio do autorregramento da vontade, se as partes decidirem que uma prova não deve ser produzida, ela não será e o juiz não pode se opor à decisão das partes.
- C) As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no CPC, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- D) Segundo a teoria da carga probatória dinâmica feita pelo juiz, compete ao autor provar fato constitutivo de seu direito e ao réu, a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, podendo haver redistribuição do ônus da prova pelas partes.
- E) O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, indicando na decisão as razões da formação de seu convencimento, podendo valorar prova que não foi objeto de contraditório.

38. Analise os itens abaixo e depois marque a alternativa correta.

- I- Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações nas quais o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil, considerando-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal.
- II- Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de alimentos, quando o credor tiver domicílio ou residência no Brasil e quando o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos.
- III- Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.
- IV- Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- V- A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira, quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

- A) As cinco assertivas são falsas.
- B) Todas as assertivas são verdadeiras.
- C) Há duas assertivas falsas e três verdadeiras.
- D) Há duas assertivas verdadeiras e três falsas.
- E) Há apenas uma assertiva falsa.

39. Marque a alternativa correta.

- A) Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la, até a sentença, não podendo mais fazê-lo em segundo grau de jurisdição.
- B) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, suspendendo o processo.
- C) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- D) É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes, àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- E) O sistema do novo Código de Processo Civil admite sucessivas denúncias, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, podendo o denunciado sucessivo promover nova denúncia.

<p>40. Marque a alternativa correta.</p> <p>A) Quando inexiste lei a aplicar diretamente ao caso, deve o magistrado se valer de outras fontes do Direito para encontrar a regra que efetivamente deve disciplinar a relação jurídica submetida à sua apreciação. Portanto, na forma do art. 4º da LINDB, nesses casos, o juiz decidirá de acordo com a analogia, com os costumes e com os princípios gerais do direito, não se admitindo nenhuma outra forma supletiva de integração normativa.</p> <p>B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, modifica a lei anterior.</p> <p>C) A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.</p> <p>D) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país na data de sua publicação.</p> <p>E) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.</p> <p>41. Acerca de domicílio, julgue as assertivas e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I- A mudança de domicílio opera-se com a transferência da residência aliada à intenção manifesta de o alterar. A prova da intenção resulta do que declarar a pessoa às municipalidades do lugar que deixa e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, a própria mudança, com as circunstâncias que a determinaram.</p> <p>II- Em regra, o domicílio civil da pessoa jurídica de direito privado é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou, então, se possuir filiais em diversos lugares, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.</p> <p>III- O critério legal para fixação do domicílio das pessoas jurídicas de direito público sempre se identifica com a regra adotada para determinar a competência de foro ou territorial.</p> <p>IV- O domicílio do servidor público é o lugar onde exerce suas funções permanentemente. A assunção em cargos comissionados ou funções de simples confiança, de caráter transitório, não implicam alteração do domicílio anterior.</p> <p>V- O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.</p> <p>A) Os itens II e III estão errados.  B) Todos os itens estão errados.  C) O item II está certo e os itens IV e V errados.  D) Apenas o item V está correto.  E) Os itens II e IV estão corretos.</p>	<p>42. Julgue as assertivas e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I- São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.</p> <p>II- Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.</p> <p>III- Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.</p> <p>IV- Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências do Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo para tal fim.</p> <p>V- Ainda que o indivíduo não tenha patrimônio suficiente para garantia dos débitos anteriores, poderá instituir bem de família voluntário.</p> <p>A) Todos os itens são incorretos.  B) Todos os itens estão corretos.  C) Os itens I e II estão certos e os itens IV e V errados.  D) Apenas o item III está correto.  E) Os itens II, III e IV estão errados.</p> <p>43. Julgue as assertivas e depois marque a alternativa correta.</p> <p>I- Desde que comprovada a capacidade do agente e sendo o objeto lícito o negócio jurídico é considerado válido.</p> <p>II- A incapacidade relativa de uma das partes só pode ser invocada por quem for beneficiário de tal alegação.</p> <p>III- A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, mesmo se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.</p> <p>IV- A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.</p> <p>V- A escritura pública é sempre um documento essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.</p> <p>A) Todos os itens são incorretos.  B) Os itens I e II estão certos.  C) Apenas o item III está correto.  D) Os itens I, II, III e V estão errados.  E) o item IV está errado.</p> <p>44. Marque a alternativa correta.  É dispensável a licitação:</p> <p>A) Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos</p>
--	---

oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 da Lei 8.666/93 e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços.

- B) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial, exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- C) Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 da Lei nº 8.666/93, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.
- D) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- E) Em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, responde solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, este último, só poderá ser responsabilizado na esfera penal.

45. Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19 da Lei nº 8.666/93, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País.
- B) Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, tais como peças de reposição de equipamentos, mobiliário padronizado, bens de consumo, combustíveis e material de escritório, bem assim serviços de limpeza, vigilância, conservação, locação e manutenção de equipamentos, agenciamento de viagem, vale-refeição, digitação, transporte, seguro-saúde, entre outros.
- C) Diversamente das demais modalidades de licitação, o pregão pode ser aplicado a qualquer valor estimado de contratação, de forma que constitui alternativa a todas as modalidades.

Outra peculiaridade é que o Pregão admite como critério de julgamento da proposta somente o menor preço.

- D) Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.
- E) A concorrência é a modalidade de licitação cabível para obras e serviços de engenharia abaixo de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil Reais).

46. Tendo como base a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) marque a opção **incorreta**.

- A) Estão sujeitos às penalidades da Lei nº 8.429/99 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- B) Agente público, para os efeitos da Lei nº 8.429/99, é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.
- C) Compete aos agentes públicos hierarquicamente superiores, com exclusividade, velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- D) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- E) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

47. Marque a alternativa na qual está descrito um ato de Improbidade Administrativa lesivo ao Erário.

- A) Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público é ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- B) Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das

entidades da administração direta, indireta ou fundacional, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

- C) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades da administração direta, indireta ou fundacional, por preço superior ao valor de mercado;
- D) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;
- E) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

48. Sobre as agências reguladoras marque a alternativa correta.

- A) Não é possível uma agência reguladora ser qualificada como agência executiva.
- B) Não é prevista área específica de atuação.
- C) Não existe a figura de “desqualificação” de agência reguladora.
- D) A celebração de contrato de gestão com o poder público é condição obrigatória para a obtenção da qualificação.
- E) Podem ser autarquias ou fundações públicas.

49. Marque a alternativa **INCORRETA**.

- A) As autarquias gozam de imunidade tributária recíproca, que veda a instituição de tributos sobre seu patrimônio, suas rendas, e sobre os serviços que elas prestem, desde que estejam vinculadas às suas finalidades essenciais ou às que destas decorram.
- B) Não é mais possível a admissão concomitante de servidores públicos estatutários e de empregados públicos celetistas na administração direta, nas autarquias e nas fundações públicas de um mesmo ente federado.
- C) As dívidas e direitos em favor de terceiros contra autarquias prescrevem em cinco anos.
- D) São elementos essenciais no conceito de fundação: a figura do instituidor, que faz a dotação patrimonial, o objeto consistente em atividades de interesse social e a ausência de fins lucrativos.
- E) As autarquias responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito ao regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

50. Acerca dos atributos do ato administrativo, julgue os itens abaixo e depois marque a alternativa correta.

- I- Os atributos da imperatividade e da autoexecutoriedade não são observáveis em todos os atos administrativos.
- II- A presunção de legitimidade ou presunção de legalidade é um atributo presente em todos os atos administrativos.
- III- Atos autoexecutórios são os que podem ser materialmente implementados pela Administração, diretamente, inclusive mediante uso da força, se necessária.
- IV- A imperatividade decorre do denominado poder extroverso do Estado, expressão utilizada para representar a prerrogativa que o poder público tem de praticar atos que extravasam sua própria esfera jurídica e adentram na esfera alheia, alterando-a, independente, da anuência prévia de qualquer pessoa.
- V- A tipicidade também é um atributo do ato administrativo descrito pelos princípios autores da doutrina do direito administrativo, sendo um atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

- A) Os itens I, II estão corretos e III e V estão incorretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Os itens I, II, III e V estão errados.
- D) Os itens I, II, III, IV e V estão corretos.
- E) O item III está errado.